

OFÍCIO CONASS Nº 0008/2022

Brasília, 12 de janeiro de 2022.

Ao Senhor
MARCELO QUEIROGA
Ministro de Estado da Saúde

Assunto: rápido avanço da variante Ômicron no Brasil.

Senhor Ministro,

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) reconhece o estabelecimento de uma nova onda de casos de COVID-19 no Brasil, em consequência do rápido avanço da variante Ômicron na transmissão comunitária em todas as regiões.

Em 2 de janeiro, segundo dados disponibilizados pelo Painel Conass, o Brasil notificou 1.721 casos de COVID-19. No último domingo (9), 24.382 casos foram notificados pelas Secretarias. O aumento de casos ultrapassa 300%.

O Conass acredita que o crescimento de casos, impulsionado pela nova variante, volta a impor desafios aos sistemas de saúde público e privado do país. Destaca-se que, mesmo com a suspeita da menor gravidade, com a alta transmissão aumentam as chances de hospitalização, principalmente na população sem esquema vacinal completo.

Sendo a Ômicron mais transmissível e responsável pelo aumento de pacientes com sintomas leves, os serviços ambulatoriais estarão pressionados por quadros clínicos que exigem testagem imediata, prescrição médica e emissão de atestados para o devido isolamento dos positivos. Em países onde a nova variante já impacta em recordes de casos leves, a rede hospitalar também já se encontra pressionada por casos graves, principalmente em pacientes não-vacinados, incluindo as crianças.

Com 1/3 da população ainda não vacinada com esquema primário completo, o Brasil está vulnerável a uma grande onda de casos, que também poderá acarretar pressão hospitalar. Se o sistema hospitalar entrar em colapso, tanto na rede privada, quanto na rede pública, óbitos evitáveis poderão ocorrer pela não garantia de acesso à internação.

Diante do exposto, o Conass considera a necessidade de imediatas decisões nacionais, tais como o reconhecimento da nova onda, e o apoio do Ministério da Saúde à estruturação dos Estados e Municípios para fazer face à nova expansão que já está estabelecida. Para tanto, solicita-se:

a) A autorização imediata de funcionamento, nas condições adotadas ao longo do ano de 2021, de toda a rede hospitalar implantada no país para o enfrentamento à COVID-19, não contemplada com a habilitação permanente definida em recente pactuação tripartite, no que tange à internações em leitos clínicos e de terapia intensiva;

- b) O aporte de recursos financeiros para abertura, no menor tempo possível, de pontos de testagem em massa para acesso de primeiro contato de toda a população, considerando o aporte de R\$ 4,00 (quatro reais) por teste enviado a cada Estado/Município;
- c) O posicionamento claro, por parte da Vigilância em Saúde do Ministério, sobre o cancelamento nacional de eventos de carnaval de rua e outros, onde não haja possibilidade de controle de acesso, com a obrigatoriedade de comprovante de vacinação e teste negativo;
- d) O monitoramento nacional do potencial de desabastecimento de medicamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Kits de Intubação;
- e) A imediata deflagração de campanha pela imunização completa de toda a família brasileira, com destaque para a vacinação infantil, de modo a estimular a adesão plena da vacinação de crianças;
- f) A inclusão imediata da vacinação de crianças e adolescentes contra a Covid-19 no calendário nacional de vacinação;

Esperando contar com a pronta atenção de Vossa Excelência, firmamo-nos, mui atentamente,

CARLOS LULA
Presidente